

As Eleições Legislativas de 2016

Moderador: Pedro Magalhães (ICS-UL)

Título da Comunicação: *É hoje a democracia o regime preferido por todos os cidadãos?*

Autor: Goffredo Adinolfi (ISCTE-IUL)

RESUMO

A crise económica que atingiu Portugal desde 2008, que se agravou em 2011 e durou até à metade de 2013, reflectiu-se, negativamente, nos valores de confiança nas instituições da democracia representativa: governo, partidos e parlamento (Eurobarómetro). Utilizando dados recolhidos em dois inquéritos através de questionário realizados após as eleições legislativas de 2011 e 2015 o paper visa analisar as atitudes dos portugueses em relação à democracia representativa. Quatro as hipóteses: primeira: a rejeição da democracia e a desconfiança nas instituições da democracia representativa, conforme a teoria do cidadão crítico elaborada por Pippa Norris, são duas atitudes opostas. Segunda: a atitude de rejeição da democracia está associada a baixos níveis de capital social, como a instrução, formas de exclusão das redes sociais (Pedro Magalhães; 2008) e baixos níveis de acesso a informação. Terceira: a atitude de rejeição da democracia está associada a percepção negativa do contexto económico. Quarta hipótese, de 2011 para 2015, devido à estabilização do contexto económico e político, os valores de rejeição do regime democrático diminuem.

As Eleições Legislativas de 2016

Moderador: Pedro Magalhães (ICS-UL)

Título da Comunicação: *Os determinantes do voto na Coligação e no PS nas eleições de 2015*

Autora: Ekaterina Gorbunova (ICS-UL)

RESUMO

Vários debates estruturam a literatura sobre os determinantes do voto em democracias europeias. Um primeiro debate sugere que os votantes estão cada vez mais atomizados e desde logo menos definidos em função da sua pertença a grupos identitários. A ser assim, as âncoras sociais do voto terão perdido importância em termos longitudinais. Um segundo debate sugere que os fatores de curto prazo (p. ex. o desempenho do governo, do líder ou da economia) têm vindo a suplantar os de longo prazo enquanto “atalhos” para a decisão de voto. Partindo deste debate, a presente comunicação investiga duas questões centrais, no rescaldo das legislativas de 2015: i) que fatores foram decisivos para o voto na coligação PSD/CDS-PP e no PS? e ii) que fatores explicam que determinados eleitores tenham optado por renovar a sua confiança na coligação PSD/CDS-PP? Para analisar estas questões utilizamos dados do Estudo Eleitoral Português de 2015.

As Eleições Legislativas de 2016

Moderador: Pedro Magalhães (ICS-UL)

Título da Comunicação: *The Politicisation of Europe and the Elections: Leaders and Economics in the Portuguese Election*

Autora: Marina Costa Lobo (ICS-UL)

RESUMO

In this paper, we will try to understand the way in which the politicisation of Europe may have had an impact on the strength of Economic voting as well as leader effects. The politicisation of Europe has to be determined, in terms of the importance which is given to European issues in the public debates, and during the campaign. Rather than being a topic that is not discussed, the eurozone crisis has brought European issues to the fore of the political agenda. What effects may that change have had on the voting calculus in the Portuguese elections of 2015? Drawing on Lobo and Lewis-Beck (2013), but now using post-election data, we try to ascertain the degree to which those who believe that the EU is responsible for policy-making in a country like Portugal will punish (or reward) the government for bad(good) economic performances. We also try to understand whether those same electors give less importance to leaders in a context where the Prime Minister is perceived as have little room for manouevre given the impositions from Brussels.

As Eleições Legislativas de 2016

Moderador: Pedro Magalhães (ICS-UL)

Título da Comunicação: *Performance, Voting, and Abstaining in Portugal, 2002-2015*

Autor: Pedro Magalhães (ICS-UL)

RESUMO

Este paper utiliza dados do estudo eleitoral português para analisar em que medida os eleitores são influenciados pela avaliação que fazem do desempenho dos governos quando decidem se votam e em quem votar. Ao contrário do que sucede com a esmagadora literatura portuguesa, este paper trata a questão da decisão de votar e da escolha de voto como decisões que podem analisadas simultaneamente.

As Eleições Legislativas de 2016

Moderador: Pedro Magalhães (ICS-UL)

Título da Comunicação: *Personalização da cobertura mediática da campanha e efeitos de líder: media priming nas legislativas de 2015*

Autor: José Santana Pereira (ICS-UL)

RESUMO

Em Portugal, os estudos realizados nos últimos anos têm apontado para uma considerável importância das avaliações dos líderes partidários no comportamento eleitoral. Apesar de serem conhecidos alguns factores que atenuam ou potenciam o peso da avaliação dos líderes do voto, não existem estudos que analisem o papel dos *media*, nomeadamente da cobertura personalizada (i.e., centrada nos líderes) das campanhas eleitorais, neste processo. Neste artigo, hipotetiza-se que os efeitos de líder ocorrem através de *priming*: quanto mais frequentemente nos expomos a informação sobre a campanha centrada no líder partidário, maior o peso da nossa opinião sobre esse líder na decisão de votar no seu partido ou num dos seus oponentes. Para testar esta hipótese, utilizam-se dados de uma análise de conteúdo dos telejornais transmitidos durante a campanha eleitoral e do inquérito pós-eleitoral de 2015, que oferece informação sobre a frequência de acompanhamento da campanha via televisão, a avaliação dos líderes, as escolhas eleitorais e os factores tradicionais do comportamento de voto e da magnitude dos efeitos de líder. A análise dos efeitos de líder e do *priming* é feita de maneira particularmente conservadora, sendo levada a cabo no contexto das legislativas de 2015, em que, devido à conjuntura, se espera que as avaliações do estado da economia sejam particularmente importantes na explicação do comportamento de voto dos portugueses.

Segurança e Defesa – Contexto, Ameaças e Políticas Públicas

Moderador: José Fontes (Univ. Aberta e Academia Militar)

Título da Comunicação: *A Segurança e a Defesa Nacional: Desafios numa Sociedade em Mudança*

Autor: Eduardo Pereira Correia (IEP-UCP)

RESUMO

Esta contribuição visa analisar os convergentes *outputs* securitários na área de atuação do poder, nomeadamente enquanto instrumentos de governação da ação política dos órgãos de soberania, que levaram a que desde há muito a segurança e a defesa se tenham constituído como uma preocupação primordial dos indivíduos, da sociedade, mas também do Estado. A desmitificação e o surgimento de novos conceitos de segurança nacional obrigam a um olhar conjuntural da segurança e da defesa, permitindo uma compreensão alargada de modo integrado e crítico.

A relação entre as várias e crescentes ameaças e desafios no século XXI, no quadro das tendências dos estudos de segurança e defesa, conduzem à necessidade de verificação dos conceitos atuais no contexto de uma sociedade em constante mudança. A segurança e a defesa apresentam políticas largamente influenciadas pelo contexto internacional e pelo ambiente político, nomeadamente os seus conceitos estratégicos individuais, donde se aprofunda a necessidade de perceção nas mudanças de esfera estratégica e política nacional.

Segurança e Defesa – Contexto, Ameaças e Políticas Públicas

Moderador: José Fontes (Univ. Aberta e Academia Militar)

Título da Comunicação: *A Ameaça do Islamismo à Segurança na Península Ibérica*

Autor: Daniel Valentim Martins (FD-UNL)

RESUMO

Em 2006, Gilles Kepel escrevia que “a batalha mais importante na guerra pelas mentes dos muçulmanos durante a próxima década vai ser travada, não na Palestina ou no Iraque, mas nas comunidades de crentes nos subúrbios de Londres, Paris e outras cidades europeias”. Passados que estão pouco mais de dez anos dos aterradores e bárbaros ataques de 7 de Julho de 2005 que infligiram o maior número de vítimas ao Reino Unido desde a Guerra das Falkland, cada vez mais nos apercebemos da atualidade e acutilância da previsão de Kepel. Numa altura em que o Estado Islâmico continua a exercer um atracção magnética para milhares de indivíduos dentro do Espaço Europeu, a diversidade de movimentos islamistas, a diversificação dos meios utilizados, a interdependência dos seus locais de organização e de atuação, aliados à recente crise migratória para a Europa colocam enormes desafios às tentativas de Estados e sociedades europeias em definirem políticas e estratégias de contra radicalização e contra terrorismo válidas. Partindo de bases conceptuais devidamente lapidadas, este artigo propõe-se abordar a problemática da ideologia islamista e discernir sobre a existência ou não de uma ameaça islamista em Portugal.

Segurança e Defesa – Contexto, Ameaças e Políticas Públicas

Moderador: José Fontes (Univ. Aberta e Academia Militar)

Título da Comunicação: *Terrorismo na Aviação Civil: A Utilização de Armas Nucleares, Radiológicas, Biológicas e Químicas*

Autora: Raquel Duque (IEP-UCP)

RESUMO

A subsistência do terrorismo depende da sua capacidade de adaptação a ambientes cada vez mais securitizados mas também da constante necessidade de chocar a opinião pública e de gerar um sentimento de pânico na sociedade. O estudo de atentados terroristas contra a aviação civil permite constatar a presença destes dois elementos e uma crescente espetacularidade dos ataques, seja no aumento do número de vítimas, da variedade dos alvos visados, ou da brutalidade/letalidade das armas e dos métodos utilizados nos ataques.

Este paper propõe-se investigar a segurança da aviação civil, em concreto o recurso a armas nucleares, radiológicas, biológicas e químicas (NRBQ) em ataques terroristas. Para obter uma análise abrangente e sólida sobre este tipo de ameaça é fundamental compreender o seu carácter multifacetado que se reflete, nomeadamente, na diversidade não só de armas NRBQ mas também da sua capacidade de destruição. Será realizado um registo dos ataques perpetrados com este tipo de armas contra o sector aéreo com vista a avaliar a ameaça no futuro; e, por fim, serão averiguados os mecanismos existentes para prevenir e para responder a um ataque com armas NRBQ contra a aviação civil.

Segurança Interna: Desafios Concetuais e Políticos

Moderadora: Ana Paula Brandão (CICP, EEG-Univ. Minho)

Comentadores: Francisco Proença Garcia (IEP- UCP) e Ana Isabel Xavier (FCSH e IPRI-UNL)

Título da Comunicação: *O Nexo Segurança Interna-Externa: Do Crossborder ao (Re)Bordering*

Autora: Ana Paula Brandão (CICP, EEG-Univ. Minho)

RESUMO

A comunicação incide sobre o nexos entre “os aspetos internos e externos da segurança” declarado pela UE no pós-Guerra Fria, propondo-se refletir sobre o racional e os efeitos da narrativa e das práticas europeias para a reconfiguração da lógica de fronteira. A construção da 3 actorness da União Europeia no domínio da segurança tem sido acompanhada por uma narrativa de nexos securitários associados à designada comprehensive approach. Neste contexto, importa analisar o racional subjacente à narrativa e às práticas dos nexos. Com base na análise do nexos in/out, argumenta-se que este resulta de uma adequação co-constitutiva: apropriação de políticas e instrumentos de um ator multifuncional para fins securitários; securitização dos assuntos com vista à projeção das políticas e do ator. Identificado o racional do nexos securitário importa, num segundo momento, analisar os efeitos do mesmo. Distanciada a possibilidade de ameaças clássicas de fonte e alvo estadual, de proximidade geográfica, as lideranças europeias reconstroem o discurso securitário assente na proximidade globalizada de um periferia insegura e imprevisível. Assim, a clivagem Norte-Sul, antes assente numa categorização económica, é agora reconstruída em termos securitários. Da narrativa dos nexos resulta uma outra fronteira de natureza societal e identitária: partindo de uma abordagem multissetorial, as designadas ‘novas ameaças’ incluem, entre outras, imigração irregular, radicalismo islâmico, terrorismo, que, segundo o discurso, ameaçam

a identidade, normas, valores e princípios “das nossas sociedades”. Em suma, a narrativa dos nexos substitui a hard border realista pela soft border reconfigurada quer em termos de centro estável/periferia insegura quer em termos sociais e identitários.

Segurança Interna: Desafios Concetuais e Políticos

Moderadora: Ana Paula Brandão (CICP, EEG-Univ. Minho)

Comentadores: Francisco Proença Garcia (IEP- UCP) e Ana Isabel Xavier (FCSH e IPRI-UNL)

Título da Comunicação: *Gestão Internacional de Crises Securitárias*

Autor: Luis Elias (ISCPSI)

RESUMO

Um contexto de (des)integração, globalização e crise, de ameaças e riscos crescentes no século XXI, a gestão de crises internacionais apresenta-se como um grande desafio para a comunidade internacional e em particular para os Estados de direito democráticos. As organizações globais, regionais, os Estados, mas também uma vasta panóplia de atores não tradicionais, como as multinacionais económicas, as universidades, os think thanks, os centros de estudos, as organizações não-governamentais supranacionais, apresentam estratégias e linhas de investigação e de cooperação que visam a compreensão e abordagens multi-institucionais e transdisciplinares em relação às crises contemporâneas. Refletiremos sobre a relação biunívoca entre segurança e desenvolvimento e acerca da necessidade de coerência e articulação entre as estratégias sectoriais promovidas, por exemplo, pela Organização das Nações Unidas, União Europeia e respetivas agências, por Multinacionais globais e muitas outras instituições internacionais, regionais e estaduais para fazer face ao terrorismo, criminalidade organizada, cibercriminalidade e a outras ameaças à segurança coletiva.

Segurança Interna: Desafios Concetuais e Políticos

Moderadora: Ana Paula Brandão (CICP, EEG-Univ. Minho)

Comentadores: Francisco Proença Garcia (IEP- UCP) e Ana Isabel Xavier (FCSH e IPRI-UNL)

Título da Comunicação: *Quebras na Segurança Interna: Os Princípios de Ação Indireta Na Fracturação da Sociedade*

Autor: Adriano Afonso (Univ. Minho)

RESUMO

A elaboração de novas propostas para o conceito de segurança, como o conceito de “segurança societal”, constitui uma referência incontornável à formulação e um novo paradigma internacional de segurança, no qual para além da dimensão militar, se releva a dimensão 4 societal e por inerência interna, da segurança de um estado. Este conceito alargado, que na era da informação acolhe um número crescente de aderentes, lida com a transição verificada na ordem internacional, onde, cada vez mais, indivíduos e comunidades enfrentam ameaças sem “inimigos” (Prins, 1994), onde o estado enquanto unidade política não se imiscui da responsabilidade primária na segurança das comunidades a que serve. Porém a pergunta crucial ao desenvolvimento deste ensaio, reside não na problemática de definição ou construção do conceito de Segurança, mas antes no género de ameaça que afecta a segurança societal de uma dada comunidade inscrita no Sistema Internacional, como uma unidade política. Atentemos ao mais recente conflito no Leste Europeu, mais precisamente na Ucrânia. Na análise a este caso verificamos que está presente o recurso á violência. Esta violência é uma violência racional e política, que no seu termo definidor opõe dois contendores que se inscrevem no seio de uma sociedade, a sociedade

Ucraniana. A sociedade Ucraniana surge-nos neste termo de conflito como uma sociedade fracturada, onde a segurança societal se vê afectada. Contudo, e embora reconheçamos que o conflito na Ucrânia possa ser classificado como intra-estatal, a verdade é que verificamos a influência de um actor terceiro, a Rússia, na condução da manobra protagonizada por um dos contendores do conflito na Ucrânia. Neste termo a violência preconizada no conflito da Ucrânia poderia ser classificada é uma violência inter-estatal. Considerando então os termos expostos, como podemos classificar o conflito na Ucrânia? Este é um conflito intra-estatal, ou inter-estatal?

Segurança Interna: Desafios Concetuais e Políticos

Moderadora: Ana Paula Brandão (CICP, EEG-Univ. Minho)

Comentadores: Francisco Proença Garcia (IEP- UCP) e Ana Isabel Xavier (FCSH e IPRI-UNL)

Título da Comunicação: *European Union Security: the Threat of Piracy*

Autor: João Silveira (Univ. Minho)

RESUMO

The upsurge of piracy attacks off the Somalia coast in 2007/08 challenged European Union (EU) security by threatening one of the three vital sea lines of communication (SLOC) for extra EU trade. Operating on the Gulf of Aden, Somali pirate*s wreaked havoc in the Indian Ocean waters; originating damages on European trade and economic networks, threatening the lives and well-being of seafarers, destabilizing regional security, and potentially threatening local biosphere. It became then clear that piracy was not a threat of the past, nor a threat with only regional implications; quite the opposite. Indeed the economic development, free trade, transport, and energy security of the EU heavily rely on safe global maritime routs; hence the need for the EU to take an active role in tackling piracy worldwide. Flagged since the 2003 European Security Strategy (ESS), piracy has successively evolved within EU documents, and since 2014 it has been understood under the broad umbrella of maritime security. Attaining on the particular threat of piracy it is thus our aim to assess the implications of piracy for the security of the EU, and analyze the devised strategies to tackle modern piracy.

Democracy under pressure: politics and policies in times of crisis I

Moderador: Rui Branco (FCSH e IPRI-Univ. Nova)

Título da Comunicação: *Aren't there any alternatives''? Power and Discourse in Portuguese Austerity Politics*

Autores: Catherine Moury (FCSH e IPRI- Univ. Nova) e Adam Standing (FCSH-Univ. Nova)

RESUMO

This paper presents an in-depth case study of governmental decision-making in Portugal from 2010 to 2015. To obtain a full understanding of what really happened behind the closed doors of international meetings, we triangulated different types of data: face-to-face interviews with policy-makers, international lenders and Trade Union representatives; investigations by journalists; and IMF and EU official documents. Lastly, we analyze the official discourses of both the former and current Prime Ministers. We show that the sovereign debt crisis and the bailout have strengthened executives' independence from other national actors. The perceived need for 'credibility' to avoid a 'negative' reaction from the markets - later associated with the conditions of the bailout - concurrently gave the executives a legitimate justification to concentrate power in their hands and a strong argument to counter the opponents of their proposed reforms. Consequently, Portuguese ministers— when they favored policies that were in congruence with those supported by international actors – were able to use the crisis to advance their own agenda. When they disagreed with Troika representatives, ministers and international lenders engaged in a negotiating process, the final outcome of which depended on the actors' bargaining powers. Finally, contrary to what we expected, we did not find a strong gap between Prime Ministers' official discourse and this state of affairs – thus showing limited evidence of discursive depolitization.

Democracy under pressure: politics and policies in times of crisis I

Moderador: Rui Branco (FCSH e IPRI-Univ. Nova)

Título da Comunicação: *Challenging the government in parliament: an analysis of question time in time of austerity*

Autores: Enrico Borghetto e Federico Russo (FCSH-Univ. Nova)

RESUMO

The aim of this paper is to cast light on the agenda-setting strategies of political parties in the aftermath of elections by focusing on their use of one of the most relevant institutionalized channels to communicate with their electorate: parliamentary question time. Since the outbreak of the economic crisis, electoral results in Southern Europe revealed a strengthening of populist forces from both the left and the right at the expense of mainstream political party actors. To some extent, these electoral successes are built on radicalized programmatic claims which attempts to respond and provide representation to new popular grievances sparked by the adoption of harsh austerity measures. Yet, little is known on the extent these programmatic priorities inform the agenda of radical parties when challenging the government in parliament. Do they keep emphasizing the same priorities also after the elections or do they change strategy according to context, largely reacting to the executive and international actors' moves? Do their strategies differ significantly from those of mainstream opposition parties? And in which way? To what extent does issue prioritization during question time changed in the crisis context and what accounts for possible differences among countries? These questions will be addressed empirically through the thematic analysis of party manifestos and question time in 4 Southern European countries over a period of 15 years (2000-2015).

Democracy under pressure: politics and policies in times of crisis I

Moderador: Rui Branco (FCSH e IPRI-Univ. Nova)

Título da Comunicação: *The Distribution of Power within the Portuguese Parties: assessing the centre-periphery relations of the PS and the PSD*

Autora: Isabella Razzuoli (ICS-UL)

RESUMO

The main goal of the present paper is to analyze how internal power relations are defined within the Portuguese parties and to what extent they have followed the patterns of organizational change described by the most recent literature on party models (Katz and Mair 1994, 1995, Carty 2004). Relying on the analytical concepts of “party hierarchy” and “party stratarchy” (Katz and Mair, 1995; Carty 2004, Bolleyer 2012) the paper focuses on the centre-periphery dimension and namely on the relations between the national party and its regional/district and structures. The parties considered in the analysis are the Socialist Party and the Social Democratic Party. After presenting and codifying the formal distribution of power and competences as defined by the party Statutes, the paper investigates in depth two crucial internal processes: the MPs candidate selection and the selection of leaders of the lower levels of the party organization (i.e. regional/district and local). The study stresses how these internal decision making processes have been reformed opening them to new actors (party members and party sympathizers), and how these changes have affected the internal balance of power and with which consequences.

**As consequências da crise económica nas atitudes face à democracia e na
dinâmica da agenda política**

Moderadores: Ana Belchior e Ricardo Rodrigues (ISCTE-IUL)

Título da Comunicação: *On Dissatisfied Democrats In Portugal In A Comparative Perspective*

Autora: Ana Belchior (ISCTE-IUL)

RESUMO

Most contemporary democracies today live a paradoxical situation: on the one hand, citizens massively support the structuring values and principles of the democratic regime; on the contrary, they also show deeply dissatisfied with its performance in practice. These apparently conflicting feelings concerning the democratic regime by citizens imposed in the most recent literature a new type of democrats, the so-called "dissatisfied democrats" (Dahlberg, Linde & Holmberg, 2013; Klingemann, 2013). This paper analyses the gap between the strong support for democratic principles and the weak support for the current functioning of democratic regimes, which can be seen as a manifestation of a "democratic deficit" that seems to characterize contemporary European democracies (Norris, 2011).

At first, we analyze in a longitudinal perspective the case of Portugal, and then, we extend the field of our research to the old and new European democracies. Such as, we focus our theoretical approach on two contrasting perspectives. The first argues that the reasons for the "democratic deficit" (i.e., to the growing presence of the so-called "dissatisfied democrats") must be sought from the input side of the political system, consisting its solution in improving the representative institutions that shape contemporary

democracies. In turn, the second perspective maintains that the sources of support for democracy and its legitimacy should be seen from the output side of the political system, in especially with regard to economic policies implemented by governments.

In order to conduct this research, we used for the case of Portugal data from three national opinion surveys, conducted before, during and after the bailout (2008, 2012 and 2014), and for the comparison between the Portuguese democracy and European democracies we used the data collected by the sixth, seventh and eighth rounds of European Social Survey (2008, 2012 and 2014). To this end, data from World Values Survey and Eurobarometro should also be used.

**As consequências da crise económica nas atitudes face à democracia e na
dinâmica da agenda política**

Moderadores: Ana Belchior e Ricardo Rodrigues (ISCTE-IUL)

Título da Comunicação: *Efeitos da Crise nas Atitudes Face à Deliberação Democrática*

Autores: José Manuel Leite Viegas e Viriato Queiroga (ISCTE-IUL)

RESUMO

Em situações de crise económica, a necessidade de tomar decisões políticas com ampla base de apoio político e social é ainda mais premente do que noutros contextos, no entanto, contraditoriamente, é nessas situações que o acordo alargado ou consensual é mais difícil. O processo de regateio, característico da concertação social, também ele está limitado em situações de crise, dadas as limitações de recursos que possibilitem a partição consensual de recursos. É neste consenso, que a deliberação democrática ganha nova oportunidade. Nesta comunicação pretendemos analisar os efeitos da crise económica nas atitudes de apoio á deliberação. Dispomos de dados empíricos anteriores sobre as atitudes face á deliberação, de 2008 e 2012, aos quais adicionamos dados de 2014 e 2015, obtidos com a mesma bateria de indicadores. A análise conjunta permitirá analisar os efeitos da crise nestas atitudes.

**As consequências da crise económica nas atitudes face à democracia e na
dinâmica da agenda política**

Moderadores: Ana Belchior e Ricardo Rodrigues (ISCTE-IUL)

Título da Comunicação: *A tolerância política em Portugal e na Europa do Sul:
mudanças de uma Crise*

Autor: Viriato Queiroga (ISCTE-IUL)

RESUMO

A tolerância política, como fenómeno quer necessário, quer paradigmático da democracia, é tida como uma importante observação quer das decisões políticas, quer da evolução dos valores de cidadania. Este estudo assume particular relevo, uma vez que a tolerância constitui um importante valor para a tomada de decisão política, para aceitação da diferença política e ideológica (quer da elite política mas, particularmente, dos cidadãos).

Assim sendo, no contexto das questões relacionadas com a crise económica e da qualidade da democracia, torna-se especialmente importante verificar como evoluiu a tolerância política dos cidadãos, na Europa do Sul e particularmente em Portugal. Neste contexto, com esta comunicação, propõe-se o estudo da análise longitudinal da Tolerância Política na Europa do Sul (amplamente identificada como a mais afeta à Crise) face aos seus pares, mais a Norte, até ao contexto marcado pela Crise internacional e das dívidas soberanas.

Dispondo dos dados empíricos de anos anteriores (começando em 1981 e até 2012), adicionamos os dados obtidos em 2014 e 2015, para a análise da tolerância em Portugal. A análise permitirá tirar conclusões sobre como evoluiu a tolerância política na Europa do Sul, atendendo aos efeitos da crise, nas atitudes dos portugueses e dos Europeus do Sul.

**As consequências da crise económica nas atitudes face à democracia e na
dinâmica da agenda política**

Moderadores: Ana Belchior e Ricardo Rodrigues (ISCTE-IUL)

Título da Comunicação: *Debates com o Primeiro-Ministro: atenção aos assuntos
europeus - o antes, o durante e o pós-Troika*

Autor: Ricardo Rodrigues (ISCTE-IUL)

RESUMO

A ideia central desta comunicação é mostrar a atenção que os assuntos relacionados com a União Europeia receberam - na forma de questões parlamentares nos debates quinzenais com o Primeiro-Ministro - no período compreendido entre Junho de 2009 e Julho de 2015.

O programa de assistência financeira iniciado em Junho de 2011, coordenado entre o Governo de Portugal e uma troika de instituições - Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional -, colocou na ordem do dia a influência dessas mesmas instituições sobre as decisões tomadas a nível nacional. Sendo que duas dessas são parte do edifício institucional da União Europeia, pretendemos compreender se, no período em que o programa de assistência vigorou, a atenção oferecida a questões comunitárias nos debates com o Primeiro-Ministro cresceu, diminuiu ou se manteve face aos períodos imediatamente anteriores e posteriores.

**As consequências da crise económica nas atitudes face à democracia e na
dinâmica da agenda política**

Moderadores: Ana Belchior e Ricardo Rodrigues (ISCTE-IUL)

Título da Comunicação: *Political attention in party manifestos and pledges fulfillment in Portugal (1995-2015)*

Autora: Ana Belchior (ISCTE-IUL)

RESUMO

O paper foca o tema da atenção política dos partidos políticos portugueses nos manifestos eleitorais no período entre 1995-2015. Tem propósitos essencialmente descritivos no que respeita à evolução da atenção dos partidos em assuntos políticos ao longo do tempo, apreciando a sua dinâmica à luz do contexto político, social e económico, e estabelecendo uma relação em termos do cumprimento das respectivas propostas eleitorais. As questões de pesquisa subjacentes a este paper são, de modo geral: Como evoluiu a atenção dos partidos políticos portugueses em relação aos assuntos políticos? Em que medida o contexto político, social e económico teve um papel significativo na dinâmica da atenção política dos partidos? E que relação se estabelece entre a atenção política sobre assuntos e a priorização do respectivo cumprimento, mais uma vez à luz do contexto do momento?

O paper suporta-se em dados do projecto “Public preferences and policy decision-making” (CIES-IUL) que permite pela primeira vez ter acesso a dados longitudinais sobre os manifestos eleitorais em Portugal, assim como em entrevistas realizadas aos líderes dos partidos políticos portugueses com assento parlamentar e a figuras que dentro do partido tiverem um papel relevante na elaboração dos programas eleitorais dos partidos.

As consequências da crise económica nas atitudes face à democracia e na dinâmica da agenda política

Moderadores: Ana Belchior e Ricardo Rodrigues (ISCTE-IUL)

Título da Comunicação: *Os portugueses e o voto obrigatório: entre o sim e o não o que é que existe?*

Autora: Ana Matias Alves (ISCTE-IUL)

RESUMO

A preocupação com as elevadas taxas de abstenção tem imprimido um crescente interesse às medidas que possam contrariar a voter apathy. Uma das soluções avançadas consubstancia-se na proposta da obrigatoriedade do voto (Lijphart, 1998; Stiglitz, 2014) e o debate está mais aceso do que nunca no seio da comunidade científica e política (Lever, 2008; Malkopolou, 2011).

A academia tem-se dedicado a testar se parte dos argumentos a favor se verifica empiricamente, contudo a investigação sobre a posição dos cidadãos revela-se praticamente inexistente no que respeita a países em que o voto é desde sempre voluntário – sendo estes eleitores os principais alvos de tal medida.

Pretende-se perceber a posição dos portugueses em relação ao voto obrigatório, avaliando que factores determinam ambas as posições. Os resultados sugerem que a ideia de que votar é uma obrigação moral, que pode ser vista como mais um dever entre muitos são os indicadores que têm maior efeito na aceitação do voto obrigatório, por contraponto a tónica na característica de direito associada ao voto e o carácter autoritário apontado à imposição do voto são aqueles que mais favorecem a posição contrária.

**A *assemblage* do Intervencionismo Europeu: Segurança, Apoio ao
Desenvolvimento e Assistência Humanitária**

Moderadora/Comentadora: Helena Carreiras (ISCTE-IUL)

Título da Comunicação: *A intervenção pós-conflito da UE nos Balcãs: a missão EUPM revista através das lentes da teoria de assemblage*

Autora: Ana Paula Brandão (CICP, Univ. Minho)

RESUMO

As instituições estado-cêntricas demonstram as suas limitações num ambiente complexo de segurança caracterizado por crises multifacetadas e problemas transnacionais, requerendo formas inovadoras de governação securitária. Depois da Guerra Fria, a União Europeia assumiu um papel na resposta a crises internacionais, aumentando a sua presença com a dimensão operacional da PESC (missões/operações PSDC), e com a abordagem que combina múltiplos instrumentos, actores e níveis. Ao aplicar a teoria de *assemblage* e a matriz de práticas de Li, a comunicação analisa os factores explicativos que facilitam e impedem o potencial e limites da EUPM na Bósnia-Herzegovina (2003-2012). O estudo de caso foi seleccionado com base na relevância da EUPM BiH para a União Europeia como actor de segurança: como missão pioneira criada no âmbito da PSDC (1 de Janeiro de 2003) com mandatos consecutivos (até 30 de Junho de 2012), constitui quer um exemplo de ‘aprender fazendo’ como um exemplo de ‘modelo’ para missões posteriores; após a última revisão estratégica do trabalho desenvolvido, foi oficialmente identificado que a missão tinha “atingido progresso significativo em todas as áreas do seu mandato”; e o papel activo esperado da UE na estabilização de uma região europeia crítica através de uma abordagem operacional *soft* (para

fortalecer o estado de direito na BiH centrando-se na reforma da polícia e na luta contra o crime organizado e a corrupção). A contribuição desta comunicação é pensar criticamente as dinâmicas de *assemblage* no âmbito da primeira missão civil da UE, as suas oportunidades e constrangimentos.

**A *assemblage* do Intervencionismo Europeu: Segurança, Apoio ao
Desenvolvimento e Assistência Humanitária**

Moderadora/Comentadora: Helena Carreiras (ISCTE-IUL)

Título da Comunicação: *Políticas de intervenção da União Europeia no quadro dos mecanismos internacionais de resposta a crises. Uma leitura da crise líbia a partir do conceito de assemblage.*

Autora: Maria Francisca Saraiva (CAPP e ISCSP- UL)

RESUMO

Em 2011, a ONU autorizou uma intervenção humanitária armada no território líbio, com o intuito de socorrer a população em situação de extrema urgência humanitária. Ao abrigo da “responsabilidade de proteger”, o CSNU mandou uma coligação internacional de Estados, mais tarde rendida pela OTAN, que executou o mandato humanitário aprovado na resolução 1973, de 17 de Março de 2011. A controvérsia que se gerou em torno desta decisão e a complexa teia de conexões envolvendo as partes diretamente interessadas ao nível nacional e internacional no processo decisório internacional colocam em evidência as contradições e tensões dos atuais mecanismos internacionais de respostas a crises. Neste texto discute-se a complexidade e heterogeneidade da resposta da UE face ao desenrolar da crise líbia através da análise e desagregação das forças de *assemblage* que moldaram a perspectiva da organização. Recorre-se a uma análise empírica assente na ideia de que as conexões que se estabeleceram entre uma heterogeneidade de atores, práticas e estratégias de intervenção em torno da crise líbia nos dá uma visão do todo simultaneamente heterogéneo e coerente, permitindo-nos compreender melhor os mecanismos do processo de decisão e negociação no quadro da PESC e PCSD da UE.

**A *assemblage* do Intervencionismo Europeu: Segurança, Apoio ao
Desenvolvimento e Assistência Humanitária**

Moderadora/Comentadora: Helena Carreiras (ISCTE-IUL)

Título da Comunicação: *Resposta a crises da UE: o caso da Geórgia numa perspectiva de assemblage*

Autora: Maria Raquel Freire (CES | FEUC)

RESUMO

Esta comunicação analisa a resposta a crises da União Europeia (UE), centrando-se na abordagem compreensiva, no caso da Geórgia. O artigo estuda a intervenção da UE nas dimensões de segurança, humanitária e de desenvolvimento, no contexto de violência e pós-violência de 2008. A perspectiva de *assemblage* permite uma análise integrada destas dimensões, bem como das constelações de actores envolvidos, incluindo diferentes actores institucionais da UE, líderes governamentais, intervenientes externos, outras organizações internacionais e organizações não-governamentais. Este enquadramento teórico e metodológico permite-nos perceber a multidimensionalidade, bem como desafios e oportunidades associadas à mesma, na resposta da UE à crise na Geórgia.

**A *assemblage* do Intervencionismo Europeu: Segurança, Apoio ao
Desenvolvimento e Assistência Humanitária**

Moderadora/Comentadora: Helena Carreiras (ISCTE-IUL)

Título da Comunicação: *A resposta europeia à crise no Haiti: entre um actor
internacional e uma constelação de actores*

Autora: Daniela Nascimento (CES | FEUC)

RESUMO

Os mecanismos de resposta a crises da UE inclui uma variedade de instrumentos, como as missões de PSDC, acção humanitária e/ou apoio ao desenvolvimento. Esta comunicação centra-se no quadro institucional e político dos mecanismos de resposta a crises da UE relativamente ao Haiti, analisando a constelação de instituições envolvidas nesse esforço. Pretende-se perceber de forma crítica os instrumentos da EU e a sua capacidade para responder a situações complexas de emergência fora das suas fronteiras e a sua capacidade de promover de facto paz e segurança ao nível internacional. A comunicação utiliza o quadro conceptual de *assemblage* para melhor analisar as dinâmicas internas e internacionais que sustentam o apoio europeu ao Haiti. Neste processo, a posição da UE relativamente a outras organizações internacionais a trabalharem nesta mesma dimensão será mapeada, nomeadamente em relação a programas e agências das Nações Unidas, das instituições do Banco Mundial e dos seus estados-membros.

**Mesa-Redonda: Deus está de volta: Uma política pós-secular no
Ocidente?**

Moderador: Michael Minkenberg (European University Viadrina, Frankfurt-
Oder)

Bruno Cardoso Reis (ICS-UL), Madalena Meyer-Resende (FCSH e IPRI-UNL) e
Paulo Fontes (CEHR-UCP)

Olhar de fora para dentro: o Espaço Euro-Atlântico e as potências não ocidentais face às crises internacionais, à governação económica global e ao pivot americano

Moderadora: Patrícia Daehnhardt (FCHS-Univ. Lusíada e IPRI-UNL)

Título da Comunicação: *As Democracias Emergentes e as Crises Internacionais*

Autoras: Carmen Fonseca (IPRI e FCSH-UNL) e Diana Soller (Univ. Miami e IPRI-UNL)

RESUMO

Uma vez que são ambos grandes estados federados, de tipo de regime democrático, seria de esperar que a Índia e o Brasil estivessem cada vez mais integrados nos processos de conflito de outros estados, com tem vindo a ser o caso de outros estados à procura de estatuto internacional. Da mesma forma, seria de esperar que na sua condição de democracias tivessem posições semelhantes à Europa e aos Estados Unidos relativamente às crises internacionais e grandes mudanças estratégicas da atualidade. No entanto, este cenário está longe de verificar. Mantendo-se à margem dos conflitos, o Brasil e a Índia tentam manter uma posição discreta para evitar tomar posições que as comprometam e/ou oscilam entre um ou outro parceiro, tentando manter a sua autonomia internacional. Usando os casos das guerras na Ucrânia e na Síria e do *pivot* Americano na Ásia, este paper procurar perceber as razões do comportamento do comportamento destes estados e se é possível ser uma grande potência excluindo-se da procura da resolução de questões fundamentais do atual sistema internacional.

Olhar de fora para dentro: o Espaço Euro-Atlântico e as potências não ocidentais face às crises internacionais, à governação económica global e ao pivot americano

Moderadora: Patrícia Daehnhardt (FCHS-Univ. Lusíada e IPRI-UNL)

Título da Comunicação: *Da Europa para a Ásia: evolução da perspectiva russa nas suas vizinhanças*

Autora: Sandra Dias Fernandes (Univ. Minho)

RESUMO

A Rússia e a sua política externa estão marcadas pelo “eurasianismo” devido à sua escala geográfica. A nível europeu e mundial, a Federação Russa é um país de superlativos com potencial de afirmação do Atlântico ao Pacífico. No entanto, a sua relação com os atores europeus, em particular a União Europeia (UE), e com o espaço pós-soviético tem constituído o palco central de atuação do Kremlin. Importa, portanto, elucidar a evolução das perspetivas russas no rescaldo das mudanças trazidas pela crise ucraniana desde final de 2013. A primazia da orientação europeia da Rússia não deve, no entanto, ofuscar a construção de um relacionamento mais estruturado com a China no palco da Ásia-Pacífico. A relevância estratégica da Rússia (militar e económica) é um trunfo na relação com Pequim, tendo como substrato retórico comum conter o “pivot” americano na região. Argumentamos que 2008 é o marco de uma viragem nas perceções e política externa russas, sendo a crise ucraniana uma confirmação inequívoca da mudança de paradigma rumo à vontade de rever aquilo que considera ser a dominação euroamericana. Apresentamos a noção de “estrangeiro próximo” no cerne das relações com a UE e com a China e questionamos as apostas mais recentes do Kremlin na sua dimensão asiática.

Olhar de fora para dentro: o Espaço Euro-Atlântico e as potências não ocidentais face às crises internacionais, à governação económica global e ao pivot americano

Moderadora: Patrícia Daehnardt (FCHS-Univ. Lusíada e IPRI-UNL)

Título da Comunicação: *A Alemanha e os modelos de ordenamento: definindo respostas à contestação global da ordem ocidental*

Autora: Patrícia Daehnardt (FCHS-Univ. Lusíada e IPRI-UNL)

RESUMO

A crescente afirmação da Alemanha enquanto actor estratégico não se reflecte apenas no seu papel enquanto actor europeu mas insere-se num contexto internacional de contestação do modelo de ordem constitucional ocidental. Por um lado, assistimos ao revisionismo geopolítico da Rússia, evidenciado na anexação da Crimeia e na intervenção militar na Síria, ao modelo de governação económica alternativo defendido pela China e a uma leitura diferenciada da Índia e do Brasil sobre o ordenamento normativo ocidental; por outro lado, dentro do espaço euro-atlântico, a União Europeia vive em estado de crise permanente, desde a crise do euro à crise dos refugiados, à instabilidade múltipla nas suas vizinhanças ao passo que os Estados Unidos tentam articular o seu redireccionamento estratégico para a Ásia com o enfraquecimento da sua hegemonia global. Face a estas crises externas e internas, que debilitam a ordem internacional como se posiciona a Alemanha? O paper traça o percurso de política externa de Berlim face à crise na Ucrânia, a Guerra na Síria e o pivot Americano e discute se na definição do seu novo papel a Alemanha continuará a articular a sua política em cooperação estreita com os seus parceiros na União Europeia e na NATO ou encontrará pontos de intersecção de interesses com as potências não ocidentais.

Olhar de fora para dentro: o Espaço Euro-Atlântico e as potências não ocidentais face às crises internacionais, à governação económica global e ao pivot americano

Moderadora: Patrícia Daehnhardt (FCHS-Univ. Lusíada e IPRI-UNL)

Título da Comunicação: *Os EUA e a transição de poder no sistema internacional*

Autor: Tiago Moreira de Sá (FCSH-UNL)

RESUMO

Para autores como Fareed Zakaria, Christopher Layne ou Michael Mandelbaum está em curso uma transição de poder no sistema internacional em resultado do declínio relativo dos EUA e da ascensão de outras potências, com grande destaque para a China. Apesar desta perspectiva não ser consensual, sendo contestada por exemplo por Robert Kagan, ela foi aceite pela administração Obama, sendo a actual Grande Estratégia norte-americana uma fórmula destinada a permitir à potência ordenadora manter a sua primazia e desta forma a arquitectura essencial da ordem internacional liberal mesmo num momento de limites e retraimento.

Olhar de fora para dentro: o Espaço Euro-Atlântico e as potências não ocidentais face às crises internacionais, à governação económica global e ao pivot americano

Moderadora: Patrícia Daehnhardt (FCHS-Univ. Lusíada e IPRI-UNL)

Título da Comunicação: *A Longa Caminhada: as «Primárias» nas Eleições Presidenciais dos EUA*

Autor: José Gomes André (FL-UL)

RESUMO

A selecção de candidatos presidenciais nos Estados Unidos da América rege-se por um complexo sistema, embora seja conhecido genericamente como “Primárias”. Esta comunicação pretende analisar as principais características deste sistema, sublinhando a sua peculiaridade e relevância.

Começaremos por um breve resumo histórico da sua criação, prosseguindo com uma explanação do seu funcionamento na actualidade (diferença entre primárias e “caucus”, primárias abertas, semi-abertas e fechadas, sistema de apuramento de delegados, organização do calendário eleitoral e outros aspectos gerais do processo).

Concluiremos a nossa comunicação com uma reflexão sobre o papel das Primárias no quadro da Teoria Política contemporânea (destacando o seu contributo particular para uma apologia da democracia) e da Política Comparada, avaliando a hipótese, pertinência e eventuais vantagens de adoptar o sistema norte-americano noutras democracias ocidentais, designadamente em Portugal.

Democracy under pressure: politics and policies in times of crisis II

Moderadora: Elisabetta De Giorgi (FCSH-Univ. Nova)

Título da Comunicação: *Política social por outros meios? A despesa fiscal como policy instrument em contexto de crise*

Autores: Rui Branco (FCSH e IPRI-Univ. Nova) e João Pedro Estevens (Univ. Nova)

RESUMO

This paper focuses the Portuguese tax system as an instrument of indirect social spending – social policy through means of fiscal welfare – since the onset of the crisis in 2011, considering its broader social and political ramifications. Namely, its impacts upon democratic quality and equity in the provision of social rights, matters such as income redistribution, balance between public and private welfare provision and democratic accountability of the policy-making process.

Portugal presents a historical comparative high level of Tax Breaks with Social Purposes, which have become over the years a very costly expenditure item (up to 1.2% of GDP in the IRS alone), the largest of which for the refund of out-of-pocket payments in healthcare. This resilient policy institution was curbed only in 2011 by the harsh conditionality of the MoU of the Portuguese bail-out, an instance of how deep crises provide opportunities for path-shifting reconfigurations of social policy.

However, this was not the end of fiscal welfare. To the contrary, we show how tax expenditures with social purposes resurfaced as a policy instrument of choice in order to advance a specific social policy agenda: re-commodifying (towards the market) and re-embedding (towards welfare civil society) social protection, whose epitome is the 2015 IRS reform or such occupational welfare policy measures as the vouchers «cheque crèche» and «cheque estudante».

Democracy under pressure: politics and policies in times of crisis II

Moderadora: Elisabetta De Giorgi (FCSH-Univ. Nova)

Título da Comunicação: *Austerity-Driven Labour Market Reforms in the South of Europe*

Autores: A. Domínguez (Univ. Oviedo), C. Antunes (ICS-UL), M. Karamessini (PUSPS), M. Raitano (Univ. Sapienza Roma) e M. Glatzer (Univ. La Salle)

RESUMO

The sovereign debt crisis in the Eurozone and increased pressures for 'structural reform' have led to a period of intensive change in labour market policy in Southern Europe. Examining the cases of Greece, Portugal, Spain and Italy, this paper focuses on the security of labour market insiders, a key group in labour markets that are highly segmented. The security of labour market insiders is conceptualised as consisting of security in employment (protection against dismissals) and security in unemployment (protection against drops in income provided by unemployment insurance and assistance). Using changes in national laws, the paper charts and compares labour market change along these two dimensions across these four Southern European countries. Because labour market reform has not been restricted to Southern Europe, the paper also compares these developments to broader changes in the countries of the Eurozone, using OECD and MISSOC data. Having demonstrated the degree to which the security of labour market insiders has diminished, the paper concludes with an agenda for research on the policy dynamics of Southern European labour market reform in the wake of the financial crisis.

Democracy under pressure: politics and policies in times of crisis II

Moderadora: Elisabetta De Giorgi (FCSH-Univ. Nova)

Título da Comunicação: *A identidade europeia em Portugal depois da crise económica*

Autora: Ana Raquel Almeida Grifo (FCSH-UNL)

RESUMO

Portugal é frequentemente considerado, a par com outros Estados da dita Europa do Sul, um país pró-europeu. Contudo, a crise económica pode ter afetado não só o apoio dos cidadãos portugueses face à União Europeia, como também a própria identidade europeia destes. Importa, por outro lado, conhecer brevemente a evolução das atitudes das elites políticas face à identidade europeia (permitida pelos inquéritos *Integrated and United – A Quest for Citizenship in an Ever Closer Union* e *European National Elites and the Crisis*), bem como as perceções da elite intelectual nacional face à integração de Portugal na União Europeia, focando nas dimensões do apoio e identidade.

Democracy under pressure: politics and policies in times of crisis II

Moderadora: Elisabetta De Giorgi (FCSH-Univ. Nova)

Título da Comunicação: *Incidência da crise sobre o crime e a violência em Portugal: sucesso político ou fracasso social?*

Autores: Marcelo Moriconi Bezerra e David Vaz (CIES e ISCTE-IUL)

RESUMO

Habitualmente se considera que las crisis económicas y sociales promueven el aumento de desviaciones, delitos y violencia. Desde el 2008, Portugal sufre una difícil coyuntura política que produjo elevada tasas de desempleo, marginalidad, y pobreza. Sin embargo, los indicadores de criminalidad no sólo no han aumentado, sino que incluso han descendido. La prevención del delito se consideró, desde un inicio, una variable central de la estrategia gubernamental de recurrir al desarrollo del turismo como camino para promover el crecimiento económico. Según la narrativa oficial, la lucha contra el delito era clave para promover una oferta de paz y tranquilidad quienes decidieran visitar el país. Esta elección de cuidar la “seguridad” pública no significó, sin embargo, que otras inseguridades “privadas” se multiplicaran. El malestar social y las reacciones violentas que la crisis provocan podrían haberse sublimado en otros contextos: mientras el crimen descendió, aumentó la violencia intrafamiliar y doméstica, las agresiones en centro de salud y el vandalismo adolescente.

Palabras claves: delito, criminalidad, prevención, Portugal, crisis

Retraimento e a Distribuição das Bases Militares Americanas num Mundo em Mudança: o Caso da Base das Lajes

Moderadora: Diana Soller (IPRI-UNL e Univ. Miami)

Título da Comunicação: *Os Limites do Retraimento Estratégico Norte-Americano*

Autor: Carlos Gaspar (IPRI e FCSH-UNL)

RESUMO

Desde 2008, os Estados Unidos entraram num período de retraimento estratégico (retrenchment), marcado pela redução radical dos orçamentos militares, pela redefinição da rede de instalações militares externas e pela retirada das suas forças combatentes do Iraque e do Afeganistão, bem como por uma re-concentração das suas prioridades regionais (rebalancing) na China e na Ásia.

A estratégia de retraimento, que está a perturbar profundamente os equilíbrios regionais no Médio Oriente e na Europa, não é inédita na política externa norte-americana. No fim da II Guerra Mundial, a retirada dos teatros europeu e asiático foi travada pela dinâmica de expansão do comunismo soviético, mas a consolidação da divisão bipolar na Europa e na Ásia Oriental tornou possível o regresso à estratégia de retraimento, inseparável da dupla crise da Hungria e do Suez. No mesmo sentido, no fim da Guerra do Vietname, o recuo norte-americano tornou possível a intervenção soviética e cubana em Angola e, mais tarde, na Somália ou no Afeganistão. No fim da Guerra Fria, o retraimento dos Estados Unidos prejudicou a reforma do modelo de ordenamento internacional e ficou marcado pelas guerras de secessão jugoslavas. As estratégias de retraimento dos Estados Unidos têm limites quer na sua duração, quer na sua extensão, quer ainda na redefinição da sua rede de bases militares, nomeadamente as que asseguram à principal potência marítima posições críticas no Atlântico, no Pacífico e no Índico.

Democracy under pressure: politics and policies in times of crisis II

Moderadora: Elisabetta De Giorgi (FCSH-Univ. Nova)

Título da Comunicação: *A Base Americana das Lajes nas Relações Luso-Americanas: Uma Perspectiva Histórica*

Autor: Daniel Marcos (IPRI e FCSH-UNL)

RESUMO

No final da II Guerra Mundial, Portugal e os EUA assinaram um acordo sobre o estabelecimento de uma base aérea americana no arquipélago dos Açores. Desde então, as relações luso-americanas têm sido constrangidas por esta presença. Com base numa abordagem histórica, pretendemos compreender de que formas é que esta relação serviu como enquadramento para as relações entre a potência hegemónica ocidental e uma pequena potência aliada. Esta relação, desenvolvida num período de expansão estratégica americana, foi vital para o reconhecimento internacional de Portugal, de um regime autoritário, e para a manutenção da resistência internacional do Estado Novo à descolonização. Após a transição para a democracia em meados dos anos 1970, a cooperação luso-americana sob a égide dos acordos dos Açores permitiu a normalização da participação portuguesa no Bloco Ocidental, depois de um período de dois anos de instabilidade na política doméstica devido ao processo revolucionário de democratização. De facto, permitiu um melhoramento da influência portuguesa na arena internacional. No fim, pretendemos verificar se e como é que a posição internacional desequilibrada e desigual entre os EUA e Portugal constrangeram a participação de Portugal no sistema internacional nos anos do pós-Guerra Fria. O acordo dos Açores de 1995, o primeiro assinado depois do fim do conflito bipolar, reflecte a redefinição das relações luso-americanas no seio da nova ordem internacional.

Retraimento e a Distribuição das Bases Militares Americanas num Mundo em Mudança: o Caso da Base das Lajes

Moderadora: Diana Soller (IPRI-UNL e Univ. Miami)

Título da Comunicação: *Os Estados Unidos, a Europa e os Açores: a Base das Lajes no Retraimento Americano*

Autores: Tiago Moreira de Sá e Emanuel Bernardes Joaquim (IPRI e FCSH-UNL)

RESUMO

O Atlântico permanece uma área de grande interesse estratégico para os EUA, uma das suas prioridades em termos de projecção de poder. Contudo, algo mudou na estrutura internacional desde o fim da Guerra Fria, com a erosão do poder americano após um ciclo de longas guerras e de crise económica e financeira, e com a deslocação dos centros de poder para Oriente. Com este Paper pretendemos tentar compreender melhor alguns dos elementos específicos da nova estratégia americana de retraimento e de reconcentração (rebalancing) na Ásia, olhando com especial atenção para um dos lados das suas consequências – o do Atlântico e, mais concretamente, o da Base das Lajes, nos Açores. Para tal, o Paper desenvolver-se-á através de três níveis de análise: no nível macro, prestaremos atenção às alterações na estrutura internacional de distribuição de poder e à resposta estratégica americana reflectida, simultaneamente, nas políticas de retraimento e de reconcentração na Ásia; no segundo nível, que podemos chamar de Europeu ou regional, concentrar-nos-emos naquilo a que o vocabulário oficial americano chamou European Infrastructure Consolidation, isto é, a requalificação do seu sistema de bases militares na Europa; finalmente, o nível micro, último que abordaremos, é o da Base das Lajes no contexto previamente exposto.

Retraimento e a Distribuição das Bases Militares Americanas num Mundo em Mudança: o Caso da Base das Lajes

Moderadora: Diana Soller (IPRI-UNL e Univ. Miami)

Título da Comunicação: *Obama que lugar na história?*

Autor: Miguel Estanqueiro Rocha (Univ. Aveiro)

RESUMO

A presidência de Barack Obama é um dos períodos mais marcantes da história norte-americana. Eleito em 2008 e reeleito em 2012, Obama enfrenta, neste último ano de mandato, o repto estimulante de cimentar uma posição singular no âmbito histórico das presidências norte-americanas, para além do grande simbolismo que representou a sua eleição – a primeira de um presidente afro-americano, num país ainda fortemente marcado pela discriminação racial. Confrontado com crises internas e externas, quase sem precedentes, as decisões presidenciais destes últimos sete anos, estimulam um debate premente e aturado sobre o impacto das mesmas. Considerado por muitos analistas como um realista no âmbito das relações internacionais, muito prudente quanto ao uso da força militar, no plano interno, subsiste a controvérsia entre os que o consideram um presidente transformacional no seguimento de Franklin Roosevelt e os que o definem como um presidente transaccional, para além de uma governação envolvida por uma excessiva polarização da vida política americana.

Retraimento e a Distribuição das Bases Militares Americanas num Mundo em Mudança: o Caso da Base das Lajes

Moderadora: Diana Soller (IPRI-UNL e Univ. Miami)

Título da Comunicação: *O Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP): entre o comércio livre e a competição geopolítica*

Autor: José Pedro Teixeira Fernandes (ISCET)

RESUMO

O TTIP-*Transatlantic Trade and Investment Partnership* / Parceria Transatlântica para o Comércio e o Investimento está em fase de negociações entre a União Europeia e os EUA. Para a Comissão Europeia é o acordo comercial mais ambicioso de sempre e uma oportunidade única para tornar os padrões do comércio internacional mais exigentes. Para os críticos, especialmente as ONGs, vai ter sobretudo efeitos negativos: menos protecção ambiental, menos liberdade na Internet, menos soberania alimentar e mais desregulação financeira. A possível inclusão do ISDS-*Investor-State Dispute Settlement*, um mecanismo de solução de Litígios entre Estado e investidores é vista como uma vantagem abusiva para as multinacionais. Mas o TTIP não é apenas uma negociação de comércio internacional, com as controvérsias que lhe estão subjacentes. Parece também existir vontade de secundarizar a Organização Mundial do Comércio (OMC) como fórum comercial global, por razões que não são estritamente comerciais. Isto poderá ser explicado pela dimensão geopolítica subjacente ao TTIP. Por um lado, o objectivo parece ser reforçar a ligação económica e política entre a UE e os EUA, assente numa visão partilhada do mundo, baseada numa economia liberal de mercado e na democracia política pluralista. Por outro, detecta-se uma vontade de re-afirmação da liderança global dos EUA, apoiados no mundo Atlântico, face à ascensão da China e Ásia-Pacífico, usando o TTIP como instrumento na competição pela supremacia global.

Segurança Interna e *Transboundary Problems*: O Caso do Terrorismo

Moderadora: Ana Paula Brandão (CICP, EEG-Univ. Minho)

Comentadores: Maria Raquel Freire (CES|FEUC) e Felipe Pathé Duarte (ISCPSI)

Título da Comunicação: *Os Serviços de Informações face à Evolução das Organizações Terroristas*

Autor: Hermínio Matos (ISCPSI)

RESUMO

A **Intelligence** é a primeira linha de defesa de um Estado contra ameaças internas e externas. Tendo em conta o carácter imprevisível do terrorismo internacional, em especial o gizado por grupos ou organizações de matriz islamita, a atividade de informações – e os serviços estatais que exercem essa atividade – parecem ser o método mais eficaz na prevenção e resposta à ameaça colocada por redes quase impenetráveis de grupos e organizações terroristas. Estas parecem agora adotar, preferencialmente, modelos organizacionais cuja estrutura, dinâmicas e **modus operandi** lhes concede, por um lado, uma maior resiliência às ações antiterroristas empreendidas pelos Estados e, por outro, uma maior descentralização, autonomia e eficácia operacional. Esta estrutura em rede associada aos métodos de seleção, recrutamento, formação e treino dos seus elementos, e às técnicas de ação operacional (pesquisa e recolha de informações, recrutamento de redes, operações de informação e contrainformação, infiltração ou penetração de alvos) constituem desafios complexos que exigem dos Serviços de Informações formas inovadoras de governação para prevenção da ameaça terrorista.

Segurança Interna e *Transboundary Problems*: O Caso do Terrorismo

Moderadora: Ana Paula Brandão (CICP, EEG-Univ. Minho)

Comentadores: Maria Raquel Freire (CES|FEUC) e Felipe Pathé Duarte (ISCPSI)

Título da Comunicação: *Cybercommunication as a Jihadi Strategic Tool*

Autor: Felipe Pathé Duarte (ISCPSI)

RESUMO

The “Islamic State” (IS) took communication and the spread of information as essential to its strategy. Cyber platforms appear as a tool for both external and internal communication. The IS has in its structure a sophisticated content production unit, critical to internal and external communication. In parallel to the concept of jihad, which involves the use of violence, is the dawah, which literally means proselytizing. For jihadis this is equivalent to the information spectrum used to propagate the message and convince Muslims to reject Western values and “apostate” regimes. Can range from the traditional predications by imams in mosques to multimedia formats distributed on-line. Cyber communication, more than a component, also becomes a basis for new jihadi self-assembled emerging structures. Note that communication is here understood as kinetic operations, rather than information operations. For jihadis there is no separation between words and actions. The spread of information is integrated into the operational dimension, in a mutual dependence game, crucial for propaganda, operations planning, and the recruitment of new members.

Segurança Interna e *Transboundary Problems*: O Caso do Terrorismo

Moderadora: Ana Paula Brandão (CICP, EEG-Univ. Minho)

Comentadores: Maria Raquel Freire (CES | FEUC) e Felipe Pathé Duarte (ISCPSI)

Título da Comunicação: *A Cooperação Franco-Marroquina no Âmbito da Luta contra o Terrorismo: Uma Causa Comum*

Autora: Verónica Martins

RESUMO

Na hora em que a cooperação anti-terrorista entre a França e a Tunísia tem conhecido um novo alento após a vaga de atentados que, este ano, assolou os dois países, em que ponto se encontra a cooperação entre a França e Marrocos? Desde o início dos anos 1990, os serviços de segurança dos Estados souberam alimentar as suas relações em matéria de luta-antiterrorista, mas se o benefício mútuo parece evidente, a cooperação padeceu das dificuldades que, na dimensão política e por conseguinte operacional, marcaram pontualmente o relacionamento dos dois países como foi o caso ainda durante o ano de 2014. A segurança interna do Estado sendo uma questão de soberania nacional onde o controlo da informação é fundamental, a luta contra o terrorismo revela-se uma área de cooperação delicada. Porém a realidade internacional da expansão do franchising de organizações terroristas como Al Qáida e Daech constitui uma causa comum inegável para as duas rivais do Mediterrâneo. Faremos em primeiro lugar um balanço da situação da França e de Marrocos perante a ameaça terrorista das duas últimas décadas, assim como a evolução do arsenal jurídico em matéria de luta contra o terrorismo. Finalmente, analisaremos as iniciativas de cooperação existentes (e as dificuldades) tanto ao nível bilateral entre os dois Estados como as últimas iniciativas internacionais nas quais participam.

Segurança Interna e *Transboundary Problems*: O Caso do Terrorismo

Moderadora: Ana Paula Brandão (CICP, EEG-Univ. Minho)

Comentadores: Maria Raquel Freire (CES|FEUC) e Felipe Pathé Duarte (ISCPSI)

Título da Comunicação: *O Reino Unido e o Desafio do Estado Islâmico*

Autora: Romana Oliveira Pinhal (Universidade do Minho)

RESUMO

A 29 de junho de 2014, o Estado Islâmico declarou o estabelecimento de um califado islâmico, sob a liderança de Abu Bakr al-Baghdadi, o seu califa. O grupo terrorista faz uma interpretação radical do Islão enquanto ideologia política e tem como um dos seus principais objetivos impor, através do uso da força, a sua ideologia. Atualmente, o Estado Islâmico apresenta-se como uma das maiores ameaças à segurança internacional, sendo por conseguinte uma enorme ameaça à segurança do Reino Unido, ao ponto de justificar que em Agosto de 2014 o nível de ameaça terrorista em território britânico passasse de substancial para severe indicando a elevada probabilidade de um ataque terrorista ocorrer no Reino Unido. Para fazer face à ameaça que o Estado Islâmico representa para a sua segurança interna, o Reino Unido tem ao longo do último ano adotado um amplo conjunto de medidas. Com a instituição destas medidas temos vindo a assistir a uma intensificação do processo de securitização, ou seja, à adoção de medidas excecionais e temporariamente implementadas para combater a ameaça terrorista. Apesar de o governo anunciar a ameaça preconizada pelo terrorismo como a maior ameaça à segurança interna do país e de levar o público a acreditar que certos direitos e liberdades tidos

como fundamentais devem ser suspensos para combater o terrorismo, o governo não deixa de ser acusado de usar esta intimidação como uma justificação para a implementação de medidas mais restritivas e como uma forma de servir os seus propósitos políticos.

Segurança Interna e *Transboundary Problems*: O Caso do Terrorismo

Moderadora: Ana Paula Brandão (CICP, EEG-Univ. Minho)

Comentadores: Maria Raquel Freire (CES | FEUC) e Felipe Pathé Duarte (ISCPSI)

Título da Comunicação: *O terrorismo é (também) um problema português” -Uma análise crítica da narrativa pública sobre o terrorismo em Portugal*

Autor: Daniel Pinéu (FE-UC)

RESUMO

Partindo do quadro teórico proposto pelos Estudos Críticos sobre Terrorismo, este paper procura analisar a narrativa pública sobre o terrorismo em Portugal desde 2001, olhando em particular para três vertentes: (i) a literatura académica produzida sobre o fenómeno do terrorismo, (ii) a literatura produzida na imprensa por intelectuais públicos (comentadores, editores, etc.), e (iii) os discursos produzidos pela elite política, em particular governamental. Desta forma, procura-se identificar as principais linhas orientadoras deste discurso público (enfoque quase exclusivo no terrorismo dito “de matriz islamista”, traços de islamofobia, sofrendo de “presentismo” / falta de contextualização histórica, etc.), bem como os seus silêncios e omissões mais notórios.

Argumenta-se ainda que esta narrativa pública (i) é essencialmente reactiva a, e derivativa dos, discursos dominantes euro-atlânticos, e (ii) não produz / dinamiza o debate público necessário numa democracia para evitar os perigos da securitização para que nos alerta a Escola de Copenhaga, mas é ao invés produtor de importantes silenciamentos que no essencial potenciam o processo de securitização. Em seguida, contrapomos algumas propostas ontológicas, epistemológicas, metodológicas e éticas vindas dos estudos

críticos sobre o terrorismo, argumentando que elas permitem um melhor estudo do fenómeno, e uma narrativa pública mais democrática e menos alarmista dele.

Segurança, Libertarismo, Ciber-Vigilância e Guerra Justa

Moderador: Bruno Oliveira Martins (Univ. Aarhus)

Título da Comunicação: *Serviços de segurança e defesa privados: uma abordagem rothbardiana*

Autor: Jóni Coelho (Univ. Porto)

RESUMO

A área mais complicada da abolição governamental é a privatização da polícia e dos tribunais: a área que envolve a defesa da propriedade. O serviço policial poderia ser fornecido por moradores numa determinada rua ou proprietários das terras.

Os serviços de defesa estatais não fazem sentido porque o Governo não sabe alocar o dinheiro, pois: 1) tem um orçamento limitado; 2) depende sempre do jogo político e da ineficiência burocrática. No setor privado, mais especificamente, com a polícia privada, cada consumidor teria a proteção que desejasse e que quisesse pagar. A proteção seria exercida de maneira proporcional e na forma que o consumidor desejar pagar por ela. A quantidade de gastos de defesa dependeria sempre do que os consumidores desejassem, por exemplo se decidem usar a última tecnologia militar para se defenderem, tal seria possível.

Para autores clássicos, no âmbito do Anarcocapitalismo, como o caso de Murray Rothbard, Gustave de Molinari e David Friedman a defesa privada no livre mercado iria ser alcançada através de companhias de seguros.

Segurança, Libertarismo, Ciber-Vigilância e Guerra Justa

Moderador: Bruno Oliveira Martins (Univ. Aarhus)

Título da Comunicação: *Liberdade desprezada? Tensão entre princípios no pensamento de Hillel Steiner*

Autor: Jorge D. M. Mateus (ILCH-Univ. Minho)

RESUMO

Nesta comunicação é nosso objetivo expor os motivos que levam Hillel Steiner a afastar-se do libertarismo nozickiano e a optar um tipo de libertarismo mais igualitário. Para isso, analisaremos as implicações subjacentes à interpretação igualitária que Steiner faz da cláusula lockiana e o seu efeito no esquema de justiça distributiva subsequente, assim como o impacto que os impostos sobre o ADN humano e as heranças acarretam para o seio da teoria de Steiner. Mas este entendimento igualitário da justiça parece ser anulado pela fidelidade de Steiner ao princípio da propriedade de si, que faz de cada indivíduo proprietário exclusivo dos seus dotes e talentos naturais, e, por isso, proprietário do seu trabalho. Veremos que a tensão latente entre alguma forma de igualitarismo e a proteção da liberdade individual redundam num paradoxo: o primeiro compromisso de Steiner não é com a liberdade individual, mas sim com a propriedade. Daqui resulta que a liberdade ocupa um lugar secundário na teoria e que é a propriedade o princípio realmente dinâmico e estrutural do libertarismo. Em última análise, só os indivíduos proprietários podem ser livres e experienciar a liberdade através das relações de mercado.

Segurança, Libertarismo, Ciber-Vigilância e Guerra Justa

Moderador: Bruno Oliveira Martins (Univ. Aarhus)

Título da Comunicação: *Drones e a lógica precaucional na segurança europeia*

Autor: Bruno Oliveira Martins (Univ. Aarhus)

RESUMO

Esta comunicação explora as formas através das quais a União Europeia (UE) exhibe manifestações da ‘lógica precaucional’ (*precautionary logic*) em matéria de segurança. Em concreto, e partindo de contributos das literaturas em criminologia e gestão de riscos, esta comunicação investiga se o sistema político e constitucional da UE a torna mais resistente às dinâmicas de gestão de riscos que têm dominado as práticas de segurança internacional levadas a cabo nas sociedades ocidentais ao longo do século 21. Baseando-se na distinção entre ‘sociedade de risco’ (*risk-society*) e ‘governamentalidade’ (*governmentality*) avançada por Mythen e Walklate, esta comunicação desenvolve o argumento de que, ainda que a natureza constitucional peculiar da UE a torne menos permeável à retórica da ‘sociedade de risco’, outros factores como o papel de actores privados, de burocratas especializados, e uma forma tecnocrática e menos politizada de lidar com questões securitárias/securitizadas dota a gestão destas mesmas questões de lógica precaucional e das dinâmicas inerentes à ‘sociedade de risco’. Estas duas dinâmicas, presentes em áreas como política de imigração, gestão de fronteiras, ou retenção de dados pessoais, serão aqui ilustradas através do estudo detalhado da política europeia quanto a veículos aéros não tripulados, ou drones.

Painel Instituições, Discursos e Políticas Públicas

Moderadora: Ana Rita Ferreira (UBI)

Título da Comunicação: *A experiência dos referendos locais em Portugal*

Autor: António Filipe (Univ. Europeia)

RESUMO

A possibilidade da realização de referendos locais foi admitida na Constituição em 1982 mas só em 1990 é que a lei as tornou possíveis, e ainda assim, em termos muito restritivos. A maior parte das propostas de referendo aprovadas pelas assembleias municipais ou de freguesia revelaram-se inconstitucionais ou ilegais. O carácter inicialmente restritivo da consagração constitucional e legal dos referendos locais, secundado por uma jurisprudência também restritiva do Tribunal Constitucional nessa fase, limitou muito as possibilidades da sua realização. Porém, para além disso, as deliberações tomadas com vista à realização de consultas ou referendos locais, revelaram, na sua maioria, ou um grande desconhecimento das disposições legais aplicáveis, o que, se pode ser compreensível em alguns casos de deliberações tomadas em assembleias de freguesia de pequena dimensão, já o é menos, no caso de deliberações tomadas por assembleias municipais, ou uma real ausência de vontade política de realizar efetivamente os referendos propostos. Nos cinco referendos locais que, ainda assim, foram realizados, verificou-se um fenómeno aparentemente contraditório que importa analisar.

Painel Instituições, Discursos e Políticas Públicas

Moderadora: Ana Rita Ferreira (UBI)

Título da Comunicação: *O estudo das organizações políticas conservadoras e autoritárias portuguesas do período de entre guerras em Portugal (1975-2015)*

Autora: Eliana Brites Rosa (ICS-UL)

RESUMO

A presente comunicação pretende analisar os estudos realizados pela historiografia em Portugal, de 1975 até a actualidade, sobre as organizações políticas conservadoras e autoritárias portuguesas do entre guerras, período que corresponde à última fase da I República (1919-1926), à Ditadura Militar (1926-1933) e aos primeiros anos da constitucionalização e institucionalização do Estado Novo (1933-1939). Durante esses anos, ocorre a crise e queda do sistema político demoliberal e a institucionalização do(s) regime(s) autoritário(s), processo durante o qual se cria o partido único – a União Nacional. Este ensaio visa identificar as organizações políticas (partidos, movimentos e ligas), que existiram durante esse período e a partir desse mapeamento, realizar o Estado da Arte deste objecto de estudo.

Painel Instituições, Discursos e Políticas Públicas

Moderadora: Ana Rita Ferreira (UBI)

Título da Comunicação: *O veto presidencial na democracia portuguesa. O recurso a formas atípicas de veto (1976-2015)*

Autor: Vasco Franco (FCSH-UNL)

RESUMO

O veto é o poder presidencial mais comum no semipresidencialismo, podendo revestir diferentes características que conferem ao respetivo exercício maior ou menor efetividade atendendo particularmente às condições de reversibilidade consagradas constitucionalmente.

No caso português, para além da distinção entre o veto por razões de inconstitucionalidade e o habitualmente designado “veto político”, importa aprofundar, do ponto de vista quantitativo e qualitativo, três situações atípicas associadas à segunda das referidas modalidades. São elas: i) o “veto de bolso”, designação atribuída à não promulgação, por período indeterminado, antes da revisão constitucional de 1982, de diplomas remetidos ao Presidente da República; ii) o “veto de transição”, subtipo proposto na presente comunicação para identificar os casos fundamentados apenas na conveniência de avaliação por um novo executivo da oportunidade e pertinência de iniciativa adotada por um governo cessante, abstendo-se o Presidente de emitir qualquer juízo sobre o respetivo mérito; iii) o “veto não expresso” como tal, que se traduz na mera devolução, com caráter definitivo ou para reformulação, de diplomas não promulgados nem vetados formalmente.

Painel Instituições, Discursos e Políticas Públicas

Moderadora: Ana Rita Ferreira (UBI)

Título da Comunicação: *A Influência da Terceira Via no Conceito de Igualdade do Partido Socialista Português*

Autora: Ana Rita Ferreira (UBI)

RESUMO

Existe a ideia de que o Partido Socialista (PS) português terá sido influenciado pela corrente ideológica que ficou conhecida por Terceira Via, o que terá levado este partido a abandonar um posicionamento mais à esquerda no espectro político e a adoptar políticas centristas.

Partindo da ideia de que o conceito de igualdade é aquele que melhor permite distinguir a esquerda da direita e da noção de que este conceito se constitui mesmo como “nuclear” para a ideologia social-democrata, iremos ver como a social-democracia tradicional se focava numa necessidade de redução das desigualdades sócio-económicas, e, de seguida, iremos procurar perceber como a Terceira Via veio romper com este conceito igualitário, centrando-se apenas na procura de uma igualdade de oportunidades em sentido estrito e no combate à pobreza e à exclusão social.

Posteriormente, debruçar-nos-emos sobre o PS, analisando programas eleitorais socialistas das décadas de 90 e 2000, várias entrevistas originais realizadas a políticos socialistas e resultados de diversas políticas públicas sociais e fiscais levadas a cabo pelos governos de Guterres e Sócrates, podendo concluir como o conceito de igualdade do Partido Socialista se manteve mais próximo do da social-democracia tradicional e como a Terceira Via teve muito pouco impacto neste partido.

Painel Instituições, Discursos e Políticas Públicas

Moderadora: Ana Rita Ferreira (UBI)

Título da Comunicação: *School Choice & Education Policy: Recent reforms in England and Sweden*

Autora: Inês Gregório (IEP-UCP)

RESUMO

School choice is presented by its advocates as a principle that improves the quality and effectiveness of schools, while simultaneously generating conditions for the reduction of public expenditure. When first elected Prime Minister in 2010, David Cameron established as one of the main goals of his Government to reform the English school system so as to increase the possibility of parents to decide the school they prefer for their children. Sweden was the country chosen as the main role model, due to the reforms implemented in the early 1990's that resulted in improved educational outcomes and in greater participation of parents on their children's academic life. In this paper, we undertake a comparative analysis of the reforms made in both countries in order to understand the main similarities and differences in terms of policy implementation of the principle of school choice in the two national education systems.

Elites Políticas de Portugal e do Brasil

Moderador: Pedro Tavares de Almeida (FCSH-UNL)

Título da Comunicação: *Profissionalização à brasileira: o perfil dos deputados federais e senadores entre 1986 e 2014.*

Autores: Luís D. Costa e Lucas Massimo (UFPR)

RESUMO

Desde a redemocratização, os parlamentares brasileiros têm passado por mudanças em sua composição social e política. Os estudiosos vêm apontando diversas características nessa direção: a chegada de novas categorias sociais – sindicalistas, radialistas, professores - no interior do Congresso Nacional. A interpretação mais difundida alega que as elevadas taxas de renovação parlamentar têm inibido o carreirismo político e contribuído para aumento da entrada de *outsiders*, fenômeno que culmina numa espécie de popularização da classe política nacional. Esse trabalho pretende oferecer uma interpretação alternativa para as transformações ocorridas na composição dos representantes brasileiros durante a democracia recente. Por meio de um novo conjunto de evidências sobre a origem e trajetória dos deputados federais e senadores eleitos para as últimas oito eleições (1986-2014), o trabalho propõe uma análise mais sistemática da experiência prévia dos parlamentares nacionais. Sugerimos que as altas taxas de renovação não são incompatíveis com a eleição de bancadas dotadas de elevadas *expertise* política e que o arejamento do perfil socioeconômico é um fenômeno circunscrito a poucos partidos políticos.

Elites Políticas de Portugal e do Brasil

Moderador: Pedro Tavares de Almeida (FCSH-UNL)

Título da Comunicação: *A troika brasileira: uma análise do perfil dos ministros da área econômica no período republicano, 1889-2015.*

Autores: Eric Dantas, Adriano Codato e Renato Perissinotto (UFPR)

RESUMO

As nomeações para as pastas da área econômica sempre criam expectativas, seja qual for o país. Dada a sua centralidade na política em geral, este artigo tem por objetivo fazer uma análise do perfil dos ministros (e presidentes) das três instituições que compõe o caso brasileiro: o Ministério da Fazenda; do Planejamento; e o Banco Central do Brasil (BCB). Para isto, foram pesquisadas biografias e currículos dos indivíduos que ocuparam estes três cargos em todo o período da República brasileira, de 1889 até 2015, totalizando 143 nomeações, 27 para ministros do Planejamento, 29 presidentes do BCB e 87 ministros da Fazenda. A hipótese a ser testada é que os ministros de cada uma destas pastas possuem perfis diferentes no que se refere às suas formações acadêmicas e instituições de origem, sendo este perfil razoavelmente homogêneo dentro de cada uma das pastas, mas diferentes entre os distintos ministérios.

Elites Políticas de Portugal e do Brasil

Moderador: Pedro Tavares de Almeida (FCSH-UNL)

Título da Comunicação: *O recrutamento de ministros e secretários de Estado em Portugal: principais tendências de evolução, 1976-2011.*

Autor: Pedro Silveira (IPRI-UNL e UBI)

RESUMO

Como evoluíram os perfis de recrutamento dos ministros e secretários e em Portugal nas últimas décadas? Será que se pode afirmar com propriedade que o acesso a estes cargos se democratizou, profissionalizou e/ou especializou? Até que ponto ministros e secretários de Estado detêm um perfil semelhante? Que factores ajudam a perceber a evolução registada? E que impacto pode esta ter sobre o funcionamento do governo?

Esta comunicação visa responder a estas questões, através da avaliação comparativa da evolução do perfil sociodemográfico e político dos ministros e secretários de Estado em Portugal no período compreendido entre 1976 e 2011. Para o efeito, analisa-se a evolução registada no perfil de recrutamento destes dois importantes cargos governativos, buscando argumentos explicativos para as principais tendências registadas em cada um. São ainda interpretadas as semelhanças e diferenças relevantes entre ministros e secretários de Estado. Por fim, lança-se uma reflexão exploratória sobre quais podem ser as consequências dessa evolução para a governação em Portugal.

Sessão Plenária

Staffan Lindberg, *Varieties of Democracy: Has Research on Democratization Been Misguided for 50 Years?*

Staffan I. Lindberg is Professor of Political Science and Director of the V-Dem Institute at University of Gothenburg; is one of four principal investigators for *Varieties of Democracy* (V-Dem); Wallenberg Academy Fellow; selected member Young Academy of Sweden; a Research Fellow at the Quality of Government Institute, and member of the Board of University of Gothenburg. He has previously held faculty positions at Kent State University and University of Florida in the United States. He is the author of *Democracy and Elections in Africa* and editor of *Democratization by Elections: A New Mode of Transition?*. His articles on issues such as elections, women's representation, political clientelism, voting behavior, party and electoral systems, democratization, popular attitudes, and the Ghanaian legislature and executive-legislative relationships, have appeared in for example *American Journal of Political Science*, *Journal of Politics*, *Perspectives on Politics*, *Political Science Quarterly*, *Party Politics*, *Electoral Studies*, *Studies in International Comparative Development*, *Journal of Democracy*, *Government and Opposition*, *Journal of Modern African Studies*, and *Democratization*. Lindberg has been election observer several times, appraiser and reviewer of donors program in several Africa countries, including an evaluation of the *Afrobarometer* project.